



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA

CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL INTERMEDIÁRIO

TARDE

CADERNO DE PROVA
PARTE II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 39:
TÉCNICO DE CONTABILIDADE

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa da Parte I do seu caderno de prova.

- 1 Nesta Parte II do seu caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais e se os dados identificadores do seu cargo transcritos acima coincidem com o que está registrado em sua **folha de respostas** e em cada página numerada desta Parte II do seu caderno. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Um ato de confiança dá paz e serenidade.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com relação à preservação do patrimônio público, julgue os itens a seguir.

- 51** Se há *superavit* de capital, é permitida a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente.
- 52** A Lei Orçamentária só incluirá novos projetos após adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Acerca da classificação dos bens públicos e de suas características, julgue os seguintes itens.

- 53** Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- 54** O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.
- 55** Não dispondo lei em contrário, consideram-se especiais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Julgue os itens a seguir acerca dos conceitos relacionados ao orçamento público.

- 56** Como subfunção deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa cabíveis ao setor público.
- 57** O projeto envolve um conjunto de operações a serem realizadas de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo.
- 58** A União, os estados, o DF e os municípios devem estabelecer, em atos próprios, suas estruturas de programas, seus códigos e sua identificação, respeitados os conceitos e as determinações de suas legislações locais.

Do ponto de vista orçamentário, a despesa pública é executada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Julgue os itens que se seguem acerca das características desses estágios.

- 59** O empenho da despesa não pode exceder o limite dos créditos concedidos.
- 60** Quando ordenada, a liquidação da despesa só é efetuada após seu regular pagamento.

Julgue os itens a seguir quanto aos estágios da execução da receita orçamentária.

- 61** São objeto de liquidação os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.
- 62** O lançamento da receita é o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, além de inscrever o débito dessa pessoa.
- 63** O recolhimento de todas as receitas é feito em estrita observância ao princípio da unidade de tesouraria, sendo permitida a fragmentação para criação de caixas especiais.

As autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento constituem créditos adicionais. Com relação à sua classificação e às exigências para abertura, julgue os próximos itens.

- 64** Os créditos especiais são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- 65** Tanto os créditos especiais como os créditos extraordinários dependem da existência de recursos disponíveis para a sua abertura.
- 66** O ato que autoriza a abertura de crédito adicional deve indicar a sua importância e espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

Julgue os itens subsequentes a respeito da organização e das competências das unidades responsáveis pelas atividades do Sistema de Contabilidade Federal (SCF).

- 67** Cabe às unidades responsáveis pelas atividades do SCF, entre outras atribuições, consolidar os balanços da União, dos estados, do DF e dos municípios, com vistas à elaboração do balanço do setor público nacional.
- 68** Promover em assuntos de contabilidade a integração com os demais poderes e esferas de governo cabe às unidades responsáveis pelas atividades do SCF.

O planejamento orçamentário é efetuado com três instrumentos básicos: Plano Plurianual (PPA), LDO e Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca desses instrumentos, julgue os itens que se seguem.

- 69** A LOA compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.
- 70** O projeto do PPA deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- 71** Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem sua prévia inclusão no PPA ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Acerca da estrutura e do papel das demonstrações contábeis previstas na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

- 72** O balanço orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as receitas e as despesas realizadas em determinado exercício.
- 73** Além de evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, decorrentes ou não da execução orçamentária, cabe à demonstração das variações patrimoniais indicar o resultado patrimonial do exercício.

receita orçamentária	1.320.000,00	despesa orçamentária	1.410.000,00
receita extraorçamentária	180.000,00	despesa extraorçamentária	90.000,00
saldo do exercício anterior	100.000,00	saldo para o exercício seguinte	100.000,00
total	1.600.000,00	total	1.600.000,00

Apartir dos dados (em R\$) da tabela acima, que foram extraídos do balanço financeiro de uma entidade em determinado exercício financeiro encerrado, julgue os itens a seguir.

- 74** O resultado financeiro do exercício apresentou *superavit* no valor de R\$ 100.000,00.
- 75** Os restos a pagar inscritos no exercício estão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- 76** A despesa extraorçamentária compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

De acordo com a estrutura do sistema contábil contemplado nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, julgue os próximos itens.

- 77** O sistema contábil está estruturado nos subsistemas de informação orçamentário, financeiro, patrimonial, de custos e de compensação.
- 78** Os subsistemas contábeis devem ser independentes entre si e de outros subsistemas de informações.
- 79** Cabe ao subsistema patrimonial registrar, processar e evidenciar os fatos relacionados aos ingressos e desembolsos financeiros.

Acerca do registro contábil, julgue os itens subsequentes segundo o disposto nas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

- 80** O livro diário e o livro razão constituem fontes de informações contábeis permanentes em que são registradas as transações que afetem ou possam vir a afetar a situação patrimonial.
- 81** As transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.
- 82** Mesmo que sejam tecnicamente estimáveis, os registros da entidade somente devem ser efetuados quando há absoluta certeza de sua ocorrência.

Acerca da escrituração de operações na contabilidade pública e da sua relação com os sistemas de contas, julgue os seguintes itens.

- 83** O empenho da despesa é contabilizado no sistema de contas de compensação e afeta a apuração do resultado do exercício.
- 84** A baixa de um bem por doação é contabilizada no sistema de contas financeiro e não afeta a apuração do resultado do exercício.
- 85** A aprovação de créditos adicionais enseja registro no sistema de contas financeiro tanto do lado da receita como do lado da despesa.

O SIAFI, como sistema computacional, foi implantado em 1987, tornando-se, desde então, um importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do governo federal, configurando-se, atualmente, no maior e mais abrangente instrumento de administração das finanças públicas, entre os seus congêneres conhecidos no mundo.

A *performance* do SIAFI tem despertado a atenção e o interesse de organismos internacionais e de vários países da Europa e América Latina, que têm enviado, frequentemente, suas delegações à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de conhecer a tecnologia utilizada e absorver a experiência adquirida, visando à implantação de sistema similar no seu país de origem.

Até o exercício de 1986, o governo federal enfrentava uma série de problemas de natureza administrativa que impedia a adequada gestão dos recursos públicos e dificultava a preparação do orçamento unificado, que passaria a vigorar em 1987.

Internet: <www.manuaisiafi.tesouro.fazenda.gov.br> (com adaptações).

A partir desse texto, julgue os itens subsequentes.

- 86** O SIAFI é um sistema computacional de acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do governo federal.
- 87** O SIAFI tem despertado somente a atenção de organismos internacionais.
- 88** O governo federal implantou o SIAFI em 1986.

Julgue os itens a seguir, relativos às normas dos controles internos e externos na administração pública.

- 89** Segundo a Instrução Normativa SFC/MF n.º 1/2001, que aprovou o manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, esse sistema visa à avaliação da ação governamental, da gestão dos administradores públicos federais e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- 90** A promulgação da Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988 teve como objetivo a minimização de custos por meio da racionalização do uso de material no âmbito do SISG com a aplicação de técnicas modernas que atualizam e enriquecem as condições de operacionalidade, no emprego desse material nas diversas atividades.
- 91** As comissões especiais de que trata a Instrução Normativa SEDAP n.º 205/1988 deverão ser constituídas de, no mínimo, três servidores do órgão ou entidade, serão instituídas pelo diretor do departamento de administração ou unidade equivalente e, no caso de impedimento desse diretor, pela autoridade administrativa a que ele estiver subordinado.
- 92** Conforme o manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, esse sistema não prestará apoio ao órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional.
- 93** A Instrução Normativa SFC/MF n.º 1/2001 tem por objetivo definir diretrizes, princípios e conceitos e aprovar normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Acerca dos princípios fundamentais de contabilidade previstos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) n.º 750/1993, julgue os itens de **94** a **99**.

- 94** O princípio da entidade reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos.
- 95** A observância do princípio da continuidade é indispensável à correta aplicação do princípio da competência, pelo fato de se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração desse resultado.
- 96** De acordo com o princípio do registro pelo valor original, os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do país, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da entidade.

- 97** A referida resolução inclui o princípio do regime de caixa, que prevê que as receitas e as despesas deverão ser incluídas na apuração do resultado do período em que forem recebidas e pagas.
- 98** De acordo com o princípio da prudência, quando as opções forem igualmente aceitáveis frente aos demais princípios fundamentais de contabilidade, deve-se escolher a hipótese de que resulte maior patrimônio líquido.
- 99** O objeto da contabilidade é o patrimônio das entidades.

Acerca da Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, julgue os itens que se seguem.

- 100** Ao fim de cada exercício social, a diretoria da sociedade por ações fará elaborar, obrigatoriamente e unicamente as notas explicativas.
- 101** No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: I – ativo circulante; e II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- 102** O patrimônio líquido da companhia será segregado em: capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.
- 103** As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.
- 104** No balanço, os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, serão avaliados pelo custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior.
- 105** A demonstração dos fluxos de caixa indicará as alterações ocorridas, durante o exercício, apenas no saldo de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, três fluxos: das operações; dos financiamentos e dos investimentos.

Acerca dos fatos contábeis, julgue os itens seguintes.

- 106** Fatos contábeis são ocorrências que alteram a composição do patrimônio, seja em seu aspecto qualitativo, seja em seu aspecto quantitativo.
- 107** Os fatos contábeis também podem ser classificados como modificativos e mistos ou compostos.
- 108** Os fatos contábeis permutativos são aqueles que alteram a composição quantitativa dos elementos que integram o patrimônio.

Acerca do ativo, passivo e patrimônio líquido, receitas e despesas das empresas comerciais, julgue os próximos itens.

- 109 Quando o ativo for igual ao passivo diz-se que o patrimônio líquido será nulo.
- 110 Se o valor do ativo for de R\$ 457.000,00 e do passivo, de R\$ 66.300,00, então o valor do patrimônio líquido será de R\$ 390.700,00.
- 111 A conta bancos conta movimento representa um direito da empresa junto ao banco depositário; logo, essa conta faz parte do ativo.
- 112 O pagamento de despesas é uma aplicação de recursos; por essa razão, a conta representativa da despesa é creditada. Por outro lado, as receitas constituem origens de recursos; por isso, as contas de receitas são de natureza devedora.
- 113 Para estornar lançamento feito a débito, indevidamente, é necessário realizar lançamento a crédito na conta de despesas.
- 114 O método das partidas dobradas significa que para cada lançamento devedor haverá um lançamento credor de igual valor.
- 115 O ativo evidencia os bens, direitos e obrigações das entidades.
- 116 As receitas e despesas são consideradas contas patrimoniais porque os seus saldos devem ser encerrados (zerados) ao final de cada período de apuração dos resultados.

ativo (R\$)	passivo (R\$)
caixa 500.000	financiamentos 500.000
mercadorias 1.000.000	patrimônio líquido (PL)
total do ativo 1.500.000	capital social 1.000.000
	total do passivo + PL 1.500.000

A partir do balanço patrimonial de uma sociedade comercial hipotética apresentado acima, julgue os itens subsequentes.

- 117 O total do capital de terceiros é igual a R\$ 1.500.000,00.
- 118 O capital próprio da empresa, que representa o investimento feito pelos proprietários, é de R\$ 500.000,00, pois equivale ao saldo existente na conta caixa.
- 119 O patrimônio líquido da empresa é positivo porque o valor do ativo é maior que o do passivo.
- 120 Se a empresa vender metade das mercadorias, o custo das mercadorias vendidas, a ser evidenciado na demonstração do resultado do exercício do período, será de R\$ 1.000.000,00.

